



ENSAIO
ESSAY

Editora

Renata Baesso

Apoio/Support

Conselho Nacional
de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico
(Processo nº 310498/2020-1).

Conflito de interesse

Não há nenhum conflito de interesses.

Recebido

28 jun. 2023

Versão Final

12 dez. 2023

Aprovado

7 fev. 2024

Espaço e tempo: lugares-tipo em Brasília e os idos de janeiro

Space and time: places-types in Brasília and the ides of January

Frederico Rosa Borges de Holanda¹ , Bruna da Cunha Kronenberger¹ 

¹ Universidade de Brasília, Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: F.R.B. Holanda. E-mail: fredholanda44@gmail.com

Este ensaio tem origem em um texto quatro vezes menor, com cerca de 10% de similaridade, publicado originalmente em *Vitruvius* (Holanda, 2023).

Como citar este artigo/How to cite this article: Holanda, F. R. B.; Kronenberger, B. C. Espaço e tempo: lugares-tipo em Brasília e os idos de janeiro. *Oculum Ensaios*, v. 21, e 248711, 2024. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a8711>

Resumo

Dois eventos excepcionais e opostos marcaram os idos de janeiro de 2023 em Brasília: a celebração pela posse do Presidente Lula no dia 1º e o vandalismo de uma semana depois. Eles ocorreram na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes, e motivaram a feitura deste artigo. No entanto, a análise inclui outros espaços da cidade, a completarem as “quatro escalas”, como passaram a ser comumente referidos os lugares-tipo do plano de Lucio Costa: além da monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. Metodologicamente, a inspiração vem de Evaldo Coutinho; Milton Santos; Bill Hillier e Julienne Hanson; e Pierre Bourdieu. Explora-se o conceito de “capital” do último, e caracteriza-se a sua “encenação” na empiria estudada. Sugere-se como a configuração do lugar é elemento intrinsecamente constitutivo do que ali acontece, rotineira ou excepcionalmente. O artigo tem caráter mais teórico-metodológico que empírico, embora a evidência referida ilustre o argumento.

Palavras-chave: Configuração urbana. Capital arquitetônico. Encenação de capitais.

Abstract

Two exceptional and opposite events marked the ides of January 2023 in Brasilia: the celebration of President Lula's inauguration on January 1st and the vandalism a week later. They took place at the Esplanada dos Ministérios and the Praça dos Três Poderes, and were the trigger for this article. However, the analysis includes other spaces of the city, thus completing the “four scales”, the usual way to refer the places-type of Lucio Costa's plan: besides the monumental, the residential, the gregarious and the bucolic. Methodologically, inspiration comes from Evaldo Coutinho, Milton Santos, Bill Hillier and Julienne Hanson, and Pierre Bourdieu. The latter's concept of capital is explored, characterizing its “enactment” in the empirical study studied. The configuration of a place is an intrinsically constitutive element of what happens there, routinely or exceptionally. The article has a more theoretical-methodological character than an empirical one, although the evidence referred to illustrates the argument.

Keywords: Urban configuration. Architectural capital. Capital enactment.

Introdução

No intervalo de uma semana, a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes em Brasília deram lugar a duas manifestações diametralmente opostas. No dia 1º de janeiro de 2023, numa cerimônia carregada de simbolismo, Lula sobe a rampa do Palácio do Planalto junto com representantes dos trabalhadores, dos indígenas, dos negros, dos deficientes e das mulheres para receber das mãos do povo brasileiro a faixa de Presidente da República em seu terceiro mandato. Estima-se a presença de 200 mil pessoas na alegria dessa imensa festa popular. Uma semana depois, no dia 8, alguns milhares de vândalos (4 mil? 5 mil?), apoiadores do candidato derrotado, atentam contra a democracia ao marcharem ao longo da Esplanada até as sedes dos três poderes da República – o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal – e os depredarem. Estivemos entusiasmados, das 12h às 18h, na primeira. Vimos, pasmos, pela televisão, a segunda.

Os dois eventos colocam questões relevantes para refletir sobre as implicações sociais da configuração dos lugares – o que pede uma explicação preliminar. Ao pensar os efeitos da arquitetura uma vez realizada, exceto quanto ao seu impacto no meio ambiente natural, os demais resultados são “sociais”: dizem respeito a como ela afeta expectativas humanas com relação aos lugares (Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2017). Trabalhamos com uma taxonomia de oito dimensões ou aspectos de desempenho: funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos (Holanda, 2007a). A questão é: como a arquitetura da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, na escala do conjunto edificado, não na dos prédios em si, afeta positiva ou negativamente nosso corpo (modos de agir) e nossa mente (modos de pensar e sentir), naquelas ocasiões emblemáticas?

Para responder, retomamos conceitos inspirados em mestres como Evaldo Coutinho, Bill Hillier e Julienne Hanson, Milton Santos e Pierre Bourdieu. Eles têm em comum a aplicação da “navalha de Ockham” – concisão e elegância – na definição dos elementos essenciais da arquitetura: de Coutinho (1970), os “elementos-fim” (vazios) e os “elementos-meio” (cheios); de Hillier e Hanson (1984), os “espaços fechados”, os “espaços abertos”, e as “transições entre eles”, elementos-chave da Teoria da Sintaxe Espacial (doravante TSE); de Santos (1999), os “fluxos” e os “fixos”; de Bourdieu (2008), o conceito de “capital” e os conceitos correlatos de *habitus* e de “distinção”. Ao discutir os eventos, fazemos uma síntese das contribuições desses autores, ao mesmo tempo em que, por meio de sua “fertilização cruzada”, sugerimos sanar incompletudes.

Refletimos sobre esses eventos em artigo anterior (Holanda, 2023) e no presente ensaio, os eventos são o ponto de partida, mas a reflexão é menor e mais ampla do que a anterior, concomitantemente: (1) embora sejam o ponto de partida, a discussão dos referidos acontecimentos é aqui resumida, enquanto que, (2) visando à melhor caracterização dos idos excepcionais de janeiro, passeamos pelos modos de apropriação rotineira de outros espaços públicos do Plano Piloto de Brasília (doravante Plano), tendo por referência o que se consagrou como as quatro “escalas” que compõem a configuração da cidade. O termo tornou-se corrente para designar os quatro tipos essenciais de configuração urbana que constituem o projeto de Costa: a “monumental”, onde aconteceram as cenas excepcionais, a “residencial”, a “gregária” e a “bucólica”. Antes, porém, convém apresentar a discussão sobre o método.

Método

Em nosso grupo de pesquisa², vínhamos explorando o conceito de “capital”, central na obra de Pierre Bourdieu (2008), para discutir a arquitetura e sua apropriação pelos sujeitos (Holanda, 2019, 2022; Curado, 2022; Kronenberger, 2023). Para o sociólogo francês, vivemos em sociedade a mobilizar/materializar/concretizar/objetivar... encenar (nosso verbo preferido) capacidades, meios, ativos, recursos, poderes... capitais, de vários tipos e de muitas maneiras. Diversidade social é caracterizável pela encenação de capitais diferentes: capitais são o artifício que instaura e reproduz a localização do sujeito em certo ponto da escala social, constituindo seu *habitus*: formas de ter, agir, pensar e sentir que marcam a distinção entre pessoas e grupos.

Todavia, para discutir a arquitetura e sua apropriação, apresentamos uma taxonomia ajustada e complementada (Holanda, 2019, 2022) (Quadro 1). Ampliamos e reordenamos a tipologia bourdieusiana mediante os ajustes: (1) além das duas macroestruturas sociais presentes na literatura sociológica, particularmente na de tradição marxista – infraestrutura de produção de bens materiais e superestrutura político-ideológica – sugerimos uma terceira: a macroestrutura socioespacial, de nosso interesse precípua; (2) na nova macroestrutura localizamos o capital social, amplamente tratado por Bourdieu, aqui concebido como a rede de sujeitos em que estamos imersos no espaço real ou virtual, ou, em outras palavras, os sistemas de encontros e esquivanças a que pertencemos, como formulados por Hillier e Hanson (1984) e a TSE; (3) na nova estrutura, resolve-se a surpreendente lacuna de Bourdieu: a ausência da arquitetura como recurso social, traduzida no capital arquitetônico (CA), por sua vez desdobrável em (4) capital espacial e capital edifício; (5) operamos novo desdobramento no capital espacial, agora por inspiração de Milton Santos: capital arquitetônico espacial fluxos (CA_{flu}) e capital arquitetônico espacial fixos abertos (CA_{fix}), além do capital edifício (CA_{edi}) (mais sobre eles, abaixo); (6) finalmente, sugerimos mais um tipo: o capital biológico, *i.e.*, recursos que mobilizamos segundo as possibilidades e limitações de nosso corpo, material e mental, e o localizamos na primeira macroestrutura social – o corpo em si é um ativo precioso. Aqui se inclui a atenção às capacidades/incapacidades relacionadas a faixas etárias – crianças, adultos e idosos detêm distintos meios biológicos – mas também características genéticas ou incorporadas ao longo da vida – por exemplo, sequelas de acidentes que restringem nossas habilidades. Essa atenção se traduz, por exemplo, nas políticas públicas inclusivas como a de acessibilidade universal, em que limitações motoras, visuais, auditivas *etc.* são pelo menos mitigadas por artifícios arquitetônicos. Felizmente, avanços tecnológicos contribuem crescentemente para compensar essas limitações e, no limite, quiçá superá-las, a depender do caso (Quadro 1).

Porém o impacto do capital biológico é maior que isso. Para usar uma analogia cara ao marxismo, o corpo é uma infraestrutura sobre a qual se constrói uma superestrutura de construtos sociais que constituem nosso posicionamento na escala social – que conformam, nos termos bourdieusianos, o capital cultural. Numa sociedade patriarcal, estruturalmente racista, com fortes tinturas homofóbicas e misóginas, nascer num corpo de homem-branco-hétero implica, *ceteris paribus*, importante distinção na largada, joga o sujeito, de saída, num patamar elevado. Numa sociedade com tais valores, deter esse capital biológico é condição *sine qua non* para a encenação de outros capitais, cria *a priori* uma expectativa de desempenho

² “Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização – DIMPU”, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq), do qual Frederico de Holanda é o coordenador. Os membros do grupo cujos trabalhos mais informam este artigo são: Franciney Carreiro de França, Gabriela de Souza Tenorio, Gunter Kohlsdorf, Juliana Machado Coelho, Maria Elaine Kohlsdorf, Matias Enrique Ocaranza Pacheco, Patrick Di Almeida Vieira Zechin, Raphael Sebba Daher Fleury Curado, Rômulo José da Costa Ribeiro e Valério Augusto Soares de Medeiros. Gratidão.

superior, ante a expectativa de desempenho inferior, quando não delinquente de, digamos, uma mulher-negra-lésbica. Entre os polos, os noticiários televisivos mostram exemplos diários da chacina de jovens negros da periferia – corpos que não são capacidades, meios ou recursos, mas sentenças de morte.

Quadro 1 – Macroestruturas sociais e respectivos capitais.

Infraestrutura de produção de bens e serviços
Economia/recursos materiais
✓ Capital econômico: recursos apropriados da produção, circulação, distribuição, consumo de bens materiais e serviços
✓ Capital biológico: possibilidades e restrições do nosso corpo material e mental
Superestruturas política e ideológica
Política
✓ Capital político: capacidade de tomar ou influenciar decisões, poder sobre si e sobre os outros
Ideologia
✓ Capital ideológico: teorias, regras práticas – “universais”
✓ Capital cultural: línguas, valores, hábitos, artes – “particulares”
Estrutura socioespacial
✓ Capital social: sistemas de encontros e esquivanças
✓ Capital arquitetônico: lugar apropriado socialmente
Capital espacial
Capital espacial fluxos (CA_{flu})
Capital espacial fixos abertos (CA_{fix})
Capital edílico (CA_{edi})

Fonte: elaborado pelos autores. Brasília (2023).

Sim, estamos transitando em terreno movediço, relativo à construção social de gênero. Bourdieu (2008) alerta enfaticamente contra a “naturalização” de fenômenos sociais. Mas há um perigo similar com sinal trocado que ele não comenta: “socializar” fenômenos naturais – estes não são redutíveis à dimensão social (como nosso corpo biológico) tanto quanto fenômenos sociais não são redutíveis à dimensão natural.

Encenamos capitais em qualquer tempo e lugar, exibindo nosso *habitus* por eles constituído. O tema deste artigo é encenação dos *habitus* em uma amostra de espaços públicos exemplares em Brasília, tendo por referência os tipos morfológicos do projeto de Lucio Costa. Quais os capitais (Quadro 1) e como eles são encenados em cada tipo de lugar? Correlatamente, quais sujeitos sociais aqui encenam seus respectivos *habitus*? Como a arquitetura desses lugares – a ordenação de cheios e vazios, ou volumes e espaços, ou elementos-meio e elementos-fim (Coutinho, 1970), ou de espaços fechados, espaços abertos e transições entre eles (Hillier; Hanson, 1984), ou de espaços para os fluxos e de espaços para os fixos (Santos, 1999) – relaciona-se com essa encenação?

Vimos que há uma questão escalar relacionada aos capitais arquitetônicos, ora referindo ao todo urbano (CA_{flu}), ora a suas partes (CA_{fix} e CA_{edi}). A seguir, começamos pela escala maior – a da cidade como um todo.

Brasília: a escala macro

Na escala macro, a municipalidade de Brasília coincide com as fronteiras do Distrito Federal – os dois termos referem-se ao mesmo território, doravante nomeado apenas por “Brasília”. Uma foto aérea, por exemplo, a mostrada por aplicativos como o *Google Earth* (Figura 1) é a “imagem

manifesta” da urbe – a empiria capitada por satélite. É uma imagem “muda”, “morta”. Por outro lado, uma “imagem científica” da Capital (Figura 1) dela nos diz algo, instila “vida” ao fenômeno mediante a aplicação, sobre a empiria, de conceitos, método e técnicas específicas, revela uma estrutura invisível que subjaz à realidade concreta – essência do procedimento científico. Essa é a imagem do “mapa axial” (TSE) mais completo e atual do município (Coelho, 2017), que representa todos os segmentos viários, matizados em função de sua maior (cores mais quentes) ou menor (cores mais frias) acessibilidade ao conjunto do sistema: em média, é mais fácil, de qualquer ponto da cidade, chegarmos às linhas mais “quentes”; no jargão sintático, essa é a variável “integração” dos segmentos, aqui traduzida graficamente, mas também caracterizável numericamente. Frisamos: é “uma” imagem científica, não “a” imagem científica de Brasília – outras abordagens teóricas chegariam a imagens igualmente científicas, porém diversas. Para esta, a fonte é a TSE (Figura 1).

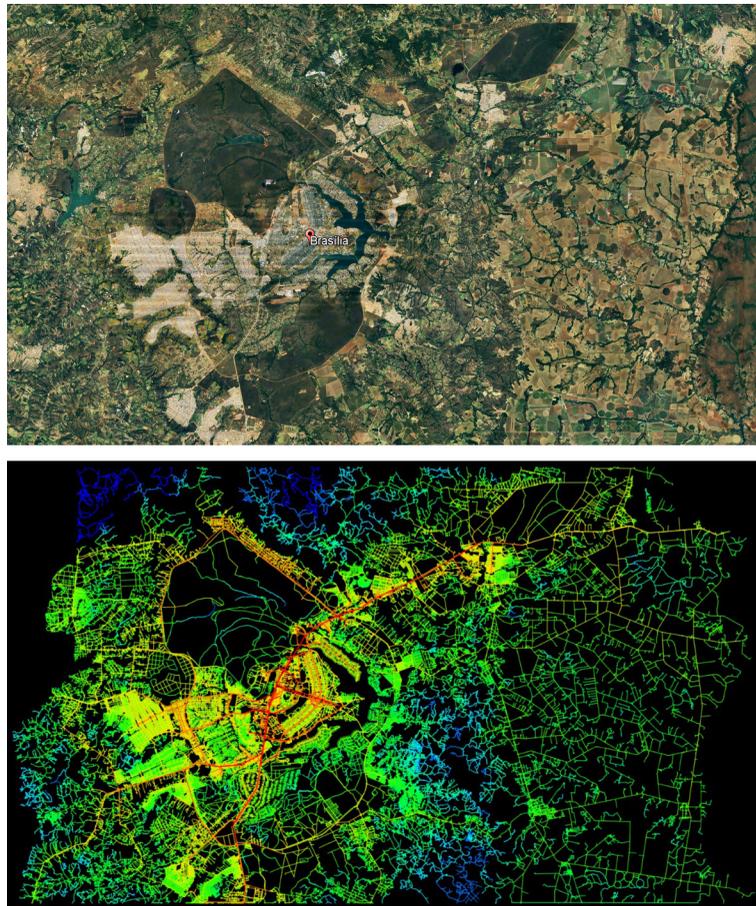


Figura 1 – Imagem “manifesta” de Brasília (acima) e imagem “científica” de Brasília (abaixo), ambas referindo a área total do município (Brasília).

Fonte: elaborado pelos autores, a partir do Google Earth (acima), e Grupo DIMPU (abaixo). Brasília, 2023 (acima) e Brasília, 2017 (abaixo).

A tradição da TSE concerne à potencialidade de apropriação do sistema por sujeitos indiferenciados: pesquisa empírica planeta afora revela que as cores quentes dos segmentos do mapa axial tendem a relacionar fluxos mais intensos de pessoas (Hillier, 1996). Mas que fluxos são esses? Que sujeitos os constituem? Como *habitus* diversos correspondem a modos distintos de apropriação do sistema, conseqüentemente a fluxos diferentes, correlatos aos *habitus*?

Apenas os primeiros passos foram dados para obter as respostas (Netto; Furtado, 2017; Kronenberger, 2023). No entanto, já temos achados a indicarem a forte peculiaridade de Brasília

(Ribeiro; Holanda, 2006; Holanda, 2010; Zechin, 2014; Holanda *et al.*, 2015; Ocaranza Pacheco, 2020). Dizer que o projeto “utópico” da Capital foi abandonado e que ela retroagiu à natureza das demais cidades brasileiras (Holston, 1993) não tem apoio na evidência: dispersão, baixas densidades, concentração de empregos em área relativamente pouco habitada (o Plano), grande diferença entre a distância média da morada dos pobres ao centro x a dos ricos, densidades mais elevadas na periferia pobre que no centro rico, tudo ilustra a forte identidade da capital brasileira *vis-à-vis* outras urbes, brasileiras ou de alhures. O apartheid brasiliense não tem paralelo.

O capital espacial fluxos (CA_{flu}), inspirado em Milton Santos, faculta mais precisão nessa caracterização, particularmente quanto à distinção entre grupos sociais. Kronenberger (2023) sugere duas variáveis a comporem o CA_{flu} : (1) a medida de integração do segmento em que está “pendurada” a residência, obtida pelo processamento do mapa axial (Figura 1) e (2) o tempo decorrido entre casa e trabalho, disponível nos dados sobre as Regiões Administrativas de Brasília (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, 2021). Achados preliminares indicam que integração e tempo de deslocamento não são correlatos, daí o CA_{flu} ser uma medida ponderada das duas variáveis. Nas próximas etapas da pesquisa, veremos a medida em que os mapas axiais da elite são mais compactos e incluem linhas mais integradas, ao passo que os mapas das classes populares são mais esgarçados e cobrem muito mais linhas “frias” do mapa axial.

Escala residencial

A instância micro refere o “local”, as “partes” do sistema, a matéria-prima para a constituição, pelo sujeito, dos dois últimos tipos de capital arquitetônico – CA_{fix} e CA_{edi} – conceituados a partir de uma fertilização cruzada entre Milton Santos, por um lado, e Bill Hillier e Julienne Hanson (TSE), por outro.

Para Santos, a cidade é composta por “fluxos” e “fixos”: fluxos são o movimento gerado entre magnetos – geradores e atratores de viagens – e o capital espacial fluxos (CA_{flu}), aqui proposto, referindo-se aos canais que abrigam a circulação de pessoas e cargas; fixos são as origens e os destinos relacionados com esses fluxos. Por outro lado, Hillier e Hanson propõem três elementos constitutivos dos assentamentos humanos: espaços fechados, espaços abertos e transições entre eles.

Daí decorre a proposta de desdobrarmos o conceito miltoniano de fixos em dois:

- “fixos abertos”: há partes da cidade reconhecíveis como unidades empíricas e analíticas, com identidade própria e uso característico, e de acesso irrestrito – por exemplo, os espaços públicos de uma superquadra brasiliense entendidos como um sistema, ou o espaço da Esplanada dos Ministérios, ambos consideráveis como “magnetos” de geração e atração de pessoas; são os “fixos” de Santos – porções limitadas da paisagem – porém, num conceito estendido, pois são abertos; assim, constituem o capital espacial fixos abertos (CA_{fix});
- “fixos fechados”: neste caso, vem de Santos a ideia de “magneto” e vem de Hillier e Hanson seu segundo componente da configuração urbana: os lugares de acesso restrito – uma casa, uma escola, mesmo um clube de golfe com amplos espaços livres, mas todos circunscritos por uma barreira que, sem ambiguidade, os separa do âmbito público; são os “fixos” de Santos – novamente porções limitadas da paisagem –, porém agora fechados; constituem o capital edílico (CA_{edi}).

A literatura sobre as “superquadras” brasilienses em particular e sobre Brasília em geral é vasta – do seu próprio autor, em Costa (1995) e, por exemplo, Gorovitz (1985), Ficher *et al.* (2006), Ficher e Palazzo (2009), Ferreira e Gorovitz (2009). Aqui serão discutidos aspectos menos

abordados, particularmente sobre como se distribuem os sujeitos em uma amostra de espaços. Os mitos da “desertificação” dos espaços públicos de Brasília (Holston, 1993), particularmente os das superquadras, foram antes discutidos (Holanda, 2019, 2020). Retomamos o tema, destarte relacionando-o com a reprodução do *habitus* dos sujeitos mediante a encenação dos seus capitais.

Os espaços ajardinados das superquadras são intensamente usados por todas as faixas etárias: pais ou responsáveis com bebês, crianças, adolescentes (Figura 2), adultos, idosos. Simplesmente banhar-se ao sol, fazer exercícios em aparelhos de musculação, caminhadas, jogos em quadras de esportes, um carreado, um dominó, são a encenação dos capitais biológico e cultural, ao tempo em que a apropriação dos correlatos lugares constituem o capital arquitetônico dos sujeitos – alto, dadas as características dos espaços públicos e edílios. Contudo, a diversidade dos sujeitos é apenas geracional ou de gênero (Figura 2).



Figura 2 – Apropriação do espaço público das superquadras brasileiras.

Fonte: elaborado pelos autores. Brasília, 2020.

A Superquadra Sul 103, por exemplo, foi implantada ao longo de décadas, tem blocos residenciais de 6 pavimentos, com elevador e garagem subterrânea (os mais antigos não a têm); é próxima ao coração do Plano (a Plataforma Rodoviária). O tamanho dos apartamentos e seu nível de acabamento variam. Esses seriam, na hipótese de Lucio Costa, fatores a favorecerem a diversidade social. Não acontece: fica evidente que, para acessar espaços urbanos e edílios com tais atributos, existe carência de um alto capital econômico, pois 80% dos sujeitos pertencem às faixas de renda média-alta e alta (Figura 3) Há outros tipos de espaços domésticos no Plano que não constavam da proposta original, acrescentados no tempo: edifícios de 3 pavimentos, sem elevadores ou garagens subterrâneas, ou mesmo sem pilotis; casas geminadas; kit-estúdios sobre as lojas dos comércios locais. Considerado o Plano como um todo, essa variedade edilícia implica um acréscimo de 10% nas faixas de renda inferiores, mas não muda muito o quadro: as faixas média-alta e alta caem para apenas cerca de 70%, comparativamente aos 80% da SQS 103. Percebe-se a distinção dos moradores do Plano ante o perfil de renda da população da cidade como um todo (comparem as Figuras 3 e 4).

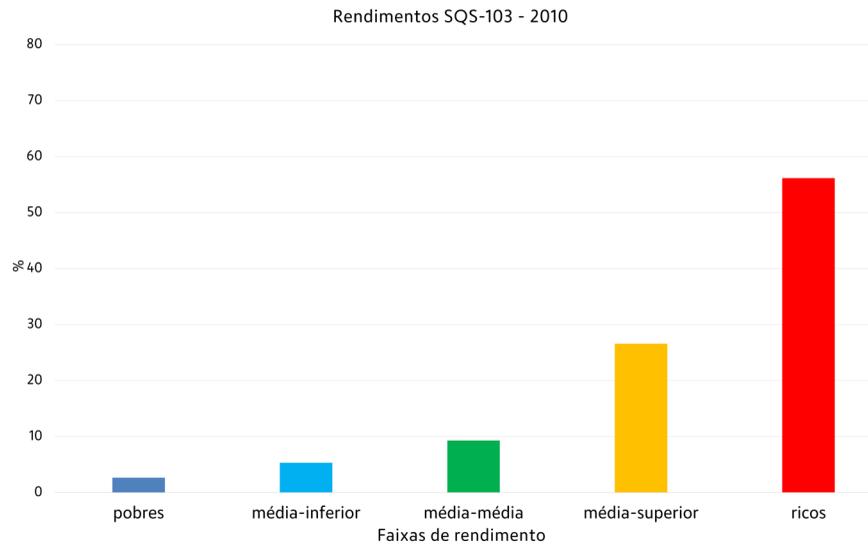


Figura 3 – Perfil de renda da SQS 103.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Brasília, 2023.

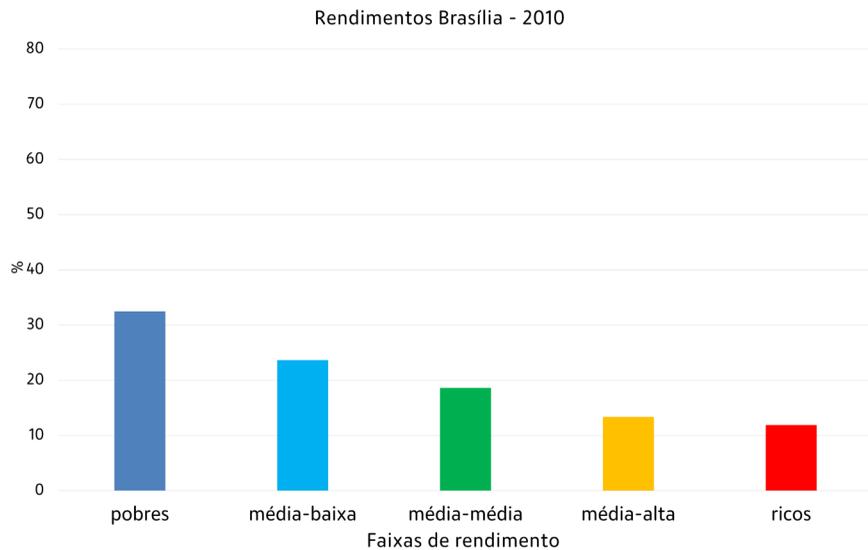


Figura 4 – Perfil de renda de Brasília.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Brasília, 2023.

A importância da variedade dos tipos de espaços domésticos é maior do que estamos acostumados a pensar. Nossas pesquisas revelam o papel do capital edilício (CA_{edi}) perante o capital espacial fluxos (CA_{flu}) na distribuição da população no território: a importância do primeiro pode sobrepor-se à do segundo, contrariando a literatura que afirma a primazia de fatores locais capitados pelo CA_{flu} (Villaça, 1998). Um bairro é democrático, no sentido de ser um microcosmo da cidade onde está inserido, na medida em que contém uma variedade tipológica muito maior que a encontrada numa superquadra, como no exemplo fascinante da Vila Planalto, um bairro central de cerca de 8.000 habitantes, remanescente de um canteiro de obras aqui em Brasília, abordado noutras oportunidades (Holanda, 2007b, 2010): comparem os perfis de renda da cidade como um todo (Figura 4) com o da Vila (Figura 5). Os achados são relevantes para o projeto de novas áreas urbanas: se desejamos uma distribuição equitativa dos poderes aquisitivos no território, carece variar muito mais radicalmente os tipos edilícios de espaço doméstico que aqueles das superquadras. Não é utopia delirante, é possível aqui e agora, a Vila Planalto a demonstrá-lo (Figura 5).

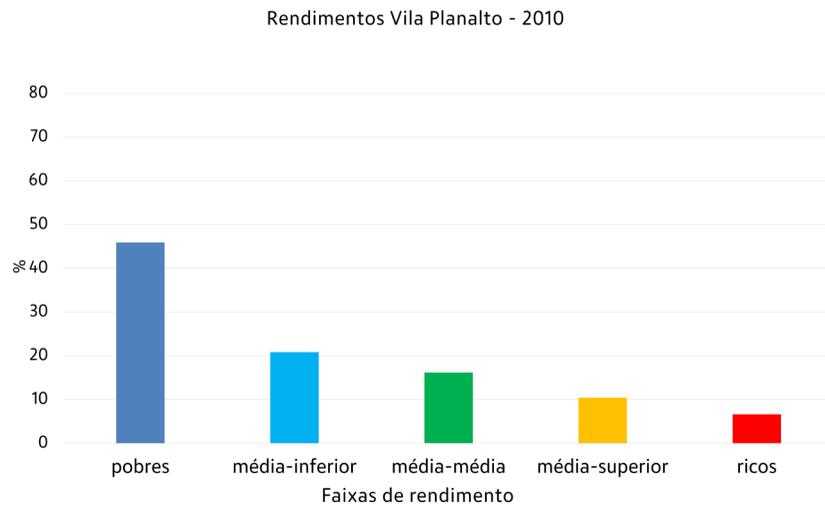


Figura 5 – Perfil de renda da Vila Planalto.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Brasília, 2023

Escala gregária

Para Lucio Costa, a “escala gregária” refere-se aos setores centrais do Plano, que constituem o “centro da sociedade civil”, em contraposição ao “centro do Estado” (Holanda, 2010): setores comerciais, hoteleiros, de diversões, bancários, hospitalares, *versus* a Esplanada dos Ministérios + Praça dos Três Poderes. O centro da sociedade civil inclui a Plataforma Rodoviária, onde está o terminal de ônibus urbanos e metropolitanos. Lucio Costa cita *Picadilly Circus* como a atmosfera que poderia ser emulada nesses setores centrais.

Não aconteceu. O centro é um arquipélago de “setores”, com grandes discontinuidades entre si, separados por vias expressas, parques de estacionamento, ou áreas *non-aedificandi* que fazem o inferno de quem se aventura a caminhar por aqui. Não há diversidade de práticas e sujeitos, inexistente habitação, o local torna-se deserto ao cair da noite e nos fins de semana, exceto por uma vida noturna estigmatizada ou por moradores de rua que sob marquises improvisam sua morada. O pouco de cultura que havia, em cinemas de rua, teatros e galerias de exposição quase sumiu, exceto pelas casas noturnas e pelos cinemas (em *shoppings*).

Ao contrário de centros urbanos de cidades pré-modernas, onde tudo se encena, aqui predomina amplamente o capital econômico; o mais baixo é encenado no Setor de Diversões Sul e no Setor Comercial Sul, enquanto o mais alto o é nos *shoppings* (há quatro), onde se dá também a encenação do capital cultural nos cinemas (três *shoppings* o têm), e do capital social, pois contemporaneamente *shoppings* são também pontos de encontro, particularmente para as franjas superiores de renda. Mas tudo acontece intramuros, esvaziando o âmbito público do bulício que ocorreria se as atividades não estivessem contidas no interior de uma instituição privada, e privadamente controlada, onde o improviso, típico das ruas, não tem lugar.

A Plataforma Rodoviária é a grande porta de entrada do coração da metrópole; é um dos dois únicos projetos edilícios de Lucio Costa para a Capital – o outro é a Torre de TV. A Rodô (para os íntimos) é um local fascinante, global e localmente.

Globalmente, Lucio Costa surpreende ao pôr o terminal dos ônibus no coração da cidade, no cruzamento dos dois elementos estruturadores do seu projeto: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. É um forte magneto, despejando e atraindo mais de uma centena de milhares de

peças diariamente para o trabalho e para os serviços. Nos fins de semana, ela é igualmente o ponto de desembarque e embarque das milhares de pessoas que vêm dos bairros satélites para o centro de Brasília para usufruir, a oeste, dos equipamentos de amplitude metropolitana como o Parque da Cidade, o parque ajardinado da Torre de TV e sua imensa fonte luminosa, a respectiva feira de artesanato, e eventualmente o estádio de futebol; e, a leste, da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes. O arquiteto cola o maior polo secular da cidade ao que nela existe de mais cerimonial: o lugar simbólico por excelência dos espaços monumentais da Capital. Ele contrapõe sagrado e profano num *continuum* que potencializa o usufruto de ambos – a comparação com Chandigarh, de Le Corbusier, e o radical isolamento do seu Capitólio é inevitável, em detrimento desta (Holanda; Medeiros, 2012).

A vitalidade do local transborda para os arredores: o intenso fluxo de pedestres da e para a Rodoviária atrai atividades informais para o lugar, frequentemente reprimidas, note-se, pelo governo local. Por outro lado, a Rodoviária é atravessada nos dois sentidos – leste-oeste e norte-sul – pelo intenso fluxo veicular que transita nos dois eixos estruturadores citados. O bulício, as grandes dimensões, a intrincada volumetria e a privilegiada localização desse poderoso *ponto focal* (Lynch, 1999) gravam-se fortemente em nosso imaginário.

Localmente, o fascínio não é menor. É um complexo construído em quatro níveis. No subsolo, está a passagem expressa para veículos que liga os trechos norte e sul do Eixo Rodoviário, apelidada de “buraco do tatu”; no térreo (Figura 6), ônibus deixam e coletam passageiros, que daí se dirigem a pé, no mesmo nível, para a Esplanada, a leste, ou para os demais setores do centro, a oeste; no mezanino, há estabelecimentos de comércio e serviços; no deque superior há outra conexão veicular, destarte não expressa, entre a Asa Sul e a Asa Norte, amplo estacionamento para carros, e outras conexões para pedestres com os setores vizinhos, particularmente os Setores de Diversões. Da borda leste desse nível desfrutamos do cartão-postal mais famoso da Capital (Figura 7).



Figura 6 – Térreo da Plataforma Rodoviária.

Fonte: elaborado pelos autores. Brasília, 2020.



Figura 7 – Vista do principal cartão-postal de Brasília, a partir do deque superior da Plataforma Rodoviária.

Fonte: elaborado pelos autores. Brasília, 2019.

Ao terminal dos ônibus, antes interestadual, hoje apenas metropolitano, juntou-se, mais recentemente, a estação terminal do metrô, o que elevou o capital econômico dos frequentadores: parte da classe média, particularmente a que mora no Plano, passou a usar o metrô (que atravessa toda a Asa Sul). Todavia, a paisagem humana continua a ser essencialmente popular, a contrapelo de se afirmá-lo “local de encontro de todas as classes sociais” – um mito (Figuras 6 e 7).

Sim, é local de forte urbanidade, contudo incompleta. Por um lado, as discontinuidades dessa configuração “em arquipélago” da área central clamam por uma “arquitetura de adições” (Perez de Arce, 1978): novas massas construídas que poderiam instaurar uma continuidade edilícia maior, facultando aos pedestres caminhar ao longo de fachadas ativas. Por outro, a ainda pouca diversidade de atividades, particularmente a ausência de habitação.

Escala bucólica: a cidade parque

Lucio Costa apelida seu projeto para Brasília de “cidade parque”. Isso conota a importância que dá à escala bucólica. Ele frisa que as escalas não são estanques, mas se interpenetram: na monumental temos os amplos espaços verdes da bucólica; na residencial, a “monumentalidade” do Eixo Rodoviário, ou a “gregária” dos comércios locais, ou a “bucólica” dos generosos jardins. Mas há especificidades: no caso da bucólica, é a ampla predominância dos espaços públicos verdes do entorno do Plano, com muito baixa densidade edificada, constituída por áreas indiferenciadas, mas também por parques bem delimitados – o Parque das Garças, na ponta da península norte; o Parque Olhos d’água, na Asa Norte; o Parque da Cidade, a oeste da Asa Sul; o conjunto de piscinas e trilhas do Parque Nacional de Brasília, a oeste do Plano.

São locais de usufruto intenso nos fins de semana ou feriados, mas também frequentados em dias comuns. Kronenberger (2023) estudou a encenação dos capitais no Parque da Cidade (Figura 8), onde foram aplicados 462 questionários entre junho de 2021 e agosto de 2022, foco de nossa atenção a seguir.



Figura 8 – Parque da Cidade.

Fonte: elaborado pelos autores. Brasília, 2023.

O Parque da Cidade é dos maiores parques urbanos do mundo, cerca de 4km². Localiza-se no coração da cidade, é frequentado por sujeitos de todas as regiões administrativas e mesmo de fora do DF, embora a maioria venha do Plano e arredores imediatos: quase 70,0% das pessoas que responderam ao questionário, em dias de semana e nos finais de semana (19.254 presenças foram contabilizadas em média aos domingos). Contudo, a renda dos frequentadores difere da de Brasília como um todo: nesta, 53,8% têm rendimento mensal per capita de até dois salários-mínimos (SM), no Parque, sendo 20,1%; em Brasília, 13% recebem entre 10 SM e 20 SM, no Parque, sendo 16,0%; em Brasília, 12,0% recebem mais de 20 SM, no Parque, são apenas 4,0%. O Parque não é um espaço democrático como a refletir a população da cidade em que se encontra: é um âmbito por excelência das classes médias – menos pobres e menos ricos do que na Capital, concomitantemente.

Os frequentadores se distribuem no Parque segundo seus *habitus*. Os de menor capital econômico vão ao parque de diversões Nicolândia, o ponto mais visitado do Parque, particularmente no fim de semana que se segue ao recebimento do salário. Sua praça de alimentação corrobora o caráter popular ao oferecer Pratos Feitos (PFs) e alimentos ricos em fritura e gordura, ilustrando o “gosto de necessidade”, e não o “gosto de luxo” (Bourdieu, 2008). Essas mais baixas faixas de renda também frequentam mais as quadras de esportes coletivos, ao passo que os sujeitos de capital econômico mais elevado praticam esportes individuais como ciclismo, caminhada ou corrida. Os motivos declarados para ir ao Parque são, por ordem de importância: (1) contato com a natureza; (2) atividades físicas; (3) contatos sociais. O capital biológico dos corpos sarados é exibido junto com o alto capital econômico da pequena minoria rica, traduzido em equipamentos e adereços que custam milhares de reais – bicicletas, capacetes, relógios/cronômetros, tênis, roupas. Encena-se

o capital cultural na apreciação da natureza como valor, e o capital social no encontro com amigos e conhecidos.

A encenação do capital econômico também difere entre dias de semana e fins de semana: nos primeiros, vão os de maior poder aquisitivo, e que moram mais perto; nos segundos, vai a maioria de recursos mais modestos, proveniente em geral de bairros mais distantes, portanto de baixo capital espacial fluxos. Demais, nos domingos e feriados, para esse grupo, o esforço para vir de longe implica a permanência por períodos mais longos. Realizam-se churrascos que se prolongam por várias horas, quando a encenação de um aspecto do capital biológico sobressai: há maior presença de mulheres, com mais tempo disponível nesses dias, dado o maior peso que carregam nas lides domésticas nos dias de semana.

Não surpreende que os sujeitos que detêm maior capital edilício – a exemplo das residências ou apartamentos mais bem equipados dos bairros de elite Lago Sul, Noroeste e Lago Norte, assim ordenados da maior para a menor renda – frequentem pouco o Parque da Cidade: no caso das casas, elas dispõem de churrasqueiras, piscinas, salas de aparelhos de ginástica, áreas verdes generosas, até mesmo o acesso direto (irregular) ao lago Paranoá por aquelas situadas na orla. Mas surpreende o grande número de frequentadores advindos das superquadras do Plano, com seus amplos jardins e equipamentos de uso coletivo, como quadras polivalentes, playgrounds, aparelhos de musculação, calçadas bem mantidas para caminhadas. Mesmo assim, pelas dimensões e pela beleza do lugar, por equipamentos que inexistem nas superquadras, por características paisagísticas (por exemplo, o laguinho), e, importante fator, como os questionários apontaram, para ver e ser visto por muita gente, o Parque da Cidade é um forte magneto para os moradores do Plano, mais especificamente, para as faixas médias de renda.

Impressiona como, na “Brasília cidade parque”, com as generosas áreas verdes que se espalham pelo Plano, o Parque da Cidade seja tão forte magneto, a fidelizar tanta gente para seu usufruto: 44% dos *habitués* vêm aqui entre 1 e 3 vezes por semana. O sucesso assinala a importância de um equipamento metropolitano que se distinga, por muitos de seus atributos, dos jardins na escala local da vizinhança.

Escala monumental

A Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes como tipo socioespacial têm uma especificidade marcante – um “espaço de exceção” (Holanda, 2018), assim caracterizado: (1) na sintaxe (a configuração do lugar), é um lugar relativamente isolado (um apêndice do resto do Plano), com grandes espaços abertos, edifícios soltos com identidade forte conferida por volumetria especial; (2) na semântica (sua significação social), abriga exclusivamente dimensões superestruturais da sociedade: política e ideologia; esta última, *lato sensu*, a incluir cultura – Museu Nacional, Biblioteca Nacional, Teatro Nacional Cláudio Santoro, Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida.

No espaço de exceção, desde sempre – Washington, Versailles, Cidade Proibida, Teotihuacán, Giza, Stonehenge –, encena-se apenas o poder ou a representação simbólica de valores coletivos. É típico desses lugares excepcionais, além dos seres “simbólicos” que o utilizam, sua ocupação massiva ser justamente excepcional: pontual no tempo. O tipo é milenar: Graeber e Wengrow (2022) mostram como antes mesmo da fundação das cidades, certas culturas construíram esses lugares especiais – Stonehenge como exemplo paradigmático –, cuja única função era reunir periodicamente milhares de pessoas vindas às vezes de muito longe para celebrar exclusivamente capitais superestruturais – políticos, culturais – e para depois refluírem aos seus locais de moradia, deixando o lugar deserto até o próximo evento. Mas nem sempre os locais se desertificavam: os centros cerimoniais da cultura Maia Clássica eram testemunhos de grandes ajuntamentos

eventuais, porém abrigavam uma população permanente, embora composta somente de seres “simbólicos” – sacerdotes, guerreiros, escribas, matemáticos, arquitetos, artistas plásticos.

Na Esplanada e na Praça, o isolamento implica que estar lá para compor uma reunião – celebração, protesto, reivindicação – pressupõe a decisão planejada de ir, não a adesão espontânea e improvisada. Um brado das “Jornadas de 2013” – “vem para a rua!” – não tem sentido na Esplanada: não há ninguém a quem bradar, exceto funcionários do aparelho estatal dentro de edifícios que dão fachadas cegas (sem quaisquer aberturas) para o espaço central onde ocorrem as manifestações. Não se passa pela Esplanada e pela Praça, se vai a elas; não temos aqui o denso movimento de passagem que faz a vitalidade dos espaços urbanos por excelência; tampouco temos os dois lugares inseridos numa malha urbana (como a *Av. De Los Muertos* em Teotihuacán, ou o *Mall de Washington*), mas acessados somente por seus dois pontos extremos, o que restringe a chegada ou a saída do lugar (há acessos residuais laterais desprezíveis).

No dia 1º de janeiro, das 200 mil pessoas presentes, milhares delas vindas de outros cantos do país, 40 mil assistem na Praça dos Três Poderes à subida da rampa do Palácio do Planalto e veem e ouvem o Presidente Lula falar do parlatório; as demais, entre as quais estávamos, distribuem-se no trecho principal da Esplanada (Figura 6), testemunham a passagem do cortejo presidencial em carro aberto que sai da Catedral em direção ao Congresso e assistem aos demais momentos da posse por seis telões. A posse não é só de Lula, é nossa, pois nos (re)apropriamos simbolicamente da Capital e da Nação mediante a posse de um espaço de enorme carga simbólica, um tipo de lugar que não teve paralelo em qualquer outra proposta do concurso do Plano Piloto de Brasília, em 1957 – para o conjunto dos projetos, ver Tavares (2014). Um dos sítios mais emblemáticos do mundo enriqueceu o capital arquitetônico de quem estava lá; e se encenamos na ocasião, por excelência, nosso capital político, nosso capital social resultou imensamente ampliado, a sensação de unidade do coletivo e de pertença a ele entrando-nos pelos poros. A excepcionalidade do lugar foi correlata à excepcionalidade do evento, pontual e efêmero, no espaço e no tempo, todavia memorável.



Figura 9 – Momento da posse. Esplanada dos Ministérios, Brasília. Vista para o leste, a torre do Congresso Nacional ao fundo, por detrás do palco.

Fonte: Foto dos autores (Brasília, 2023).

Uma semana depois da alegria daquela festa, milhares marcham na direção das três sedes dos poderes da República, ao longo da Esplanada. Invadem-nas, depredam-nas, estão simbolicamente atacando os pilares do Estado Democrático de Direito, que recusam. Os vândalos encenam seu capital político com extrema violência, se não contra pessoas (felizmente), contra um precioso patrimônio material e simbólico (Rossetti, 2023; Schlee, 2023). Por algumas horas a polícia os escolta, os protege, mas em certo momento, por razões pouco claras (possivelmente a falta de apoio do alto comando das forças armadas), o comando da força policial-militar se desloca dos que com eles são coniventes (ou a eles abertamente aliados) para os defensores da ordem democrática. E com um pequeno efetivo, forças policiais-militares expulsam-nos dos palácios, empurram-nos de volta à Esplanada e, finalmente, para fora dela. As forças entram por um dos extremos comentados – a ponta leste; tange os vândalos ao longo do impermeável Eixo Monumental na direção de seu único outro acesso – a ponta oeste. O controle é facilitado pela configuração do lugar.

Na Esplanada, a rota de fuga é escassa, para uns ou para outros, o que é positivo a depender da semântica e da escolha ética que abraçamos – quem são os sujeitos envolvidos? Mas em ambos os casos o desempenho do espaço é o mesmo: ele favorece o poder constituído, seja o Estado Democrático-Popular, seja a tirania. Podia ser diferente: favorecer o poder não constituído. Tem sido historicamente assim em muitos casos, como mostra brilhantemente Eric Hobsbawn em seu ensaio “Cidades e insurreições” (Hobsbawn, 2015).

Conclusão

Este exercício discute facetas diversas, por vezes contraditórias, da arquitetura como fenômeno multidimensional: certo lugar pode simultaneamente afetar-nos positivamente, num aspecto, negativamente, noutro. Parafraseando Caetano Veloso, abordamos a “dor e a delícia de ser em Brasília”... Alguns aspectos têm mais tradição de pesquisa, outros, menos. O enfoque esteticista da arquitetura é predominante – haja vista a própria definição excludente de Lucio Costa, infelizmente ainda abraçada por muitos, para quem a arquitetura é construção, porém somente quando esteticamente qualificada (Costa, 2007). Sim, carece considerar as dimensões expressivas da arquitetura, entre elas a estética. Mas o enfoque excludente implica (1) um enorme universo arquitetônico socialmente produzido ficar de fora (porque não é “belo”, portanto, não é “arquitetura”) e (2) a ênfase em desmerecer a pesquisa noutros campos, dentre eles, talvez o mais controverso, os “aspectos sociológicos”, âmbito em que situamos este ensaio (Holanda, 2007a).

Especular sobre as relações arquitetura/comportamento levanta suspeitas de “determinismo”, abraçado por grandes ideólogos da arquitetura moderna: “Arquitetura ou revolução. Podemos evitar a revolução” é como Le Corbusier (2006) encerra seu livro “Por uma arquitetura”. Se temos livre arbítrio sobre como nos comportarmos nos espaços da arquitetura, isso acontece em melhores ou piores condições a depender da configuração dos lugares: por um lado, podemos habitar bairros de alta urbanidade, como no bulício de uma Copacabana, mas optar por não colocar o nariz na rua; por outro, condições restritivas extremas podem ser superadas, como situações em que, numa prisão, detentos cavam túneis e fogem.

Portanto, as relações entre arquitetura e comportamento são recolocadas, com mais sutileza e mais rigor, concomitantemente. Ao projetarmos, não determinamos comportamentos, mas instauramos, por meio da sintaxe e da semântica do lugar concebido, possibilidades que podem ou não ser exploradas e restrições que podem ou não ser superadas, a depender da vontade

e da capacidade dos sujeitos. Lugares assim configurados não são simples palco, suporte neutro, epifenômeno de outras questões sociais – são, intrinsecamente, uma fundamental questão social em nossas vidas, a afetar-nos prática e expressivamente.

É disso que se trata: identificada a lacuna em Bourdieu, procurar saná-la. Desde sempre, em nosso grupo de pesquisa, temo-nos esforçado por conferir à Arquitetura (“A” maiúsculo, de “disciplina”) um *status* epistemológico similar ao de outras áreas no panteão das ciências sociais. A razão é clara: pelas circunstâncias mais diversas, o capital arquitetônico pode constituir nossa vida de formas não correlatas às de outros recursos. Para usar uma imagem de Loïc Wacquant (2023), ex-colaborador de Bourdieu, os capitais são como “placas tectônicas que constantemente se atritam entre si”, mas que, do nosso ponto de vista, mantêm sua independência e podem mover-se em direções opostas. Aprofundar o conhecimento – científico, sistemático, reflexivo – de como isso se dá tem sido nosso desafio.

Referências

- Bourdieu, P. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo; Porto Alegre: EDUSP; Zouk, 2008.
- Coeelho, J. M. *Na riqueza e na pobreza*. O papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília. 2017. 290 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31509>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021-2022*. Brasília: CODEPLAN, 2021.
- Costa, L. *Lucio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter, 2007.
- Costa, L. Memória Descritiva do Plano Piloto. In: Costa, L. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 283-297.
- Coutinho, E. *O espaço da arquitetura*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- Curado, R. S. D. F. *Capital espacial*. O espaço como poder. 2022. 166 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45827>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- Ferreira, M. M.; Gorovitz, M. *A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília*. Brasília: IPHAN, 2009.
- Ficher, S.; Palazzo, P. P. Paradigmas urbanísticos de Brasília. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, n. 65, p. 93-121, 2009.
- Ficher, S. et al. Brasília: la historia de un planeamiento. In: Rodríguez i Villaescusa, E.; Figueira, C. V. A. (org.). *Brasília 1956-2006, de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad*. Lleida: Milenio, 2006. p. 55-97.
- Gorovitz, M. *Brasília, uma questão de escala*. São Paulo: Projeto, 1985.
- Graeber, D.; Wengrow, D. *O despertar de tudo*. uma nova história da humanidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 2022.
- Hillier, B. Cities as movement economies. In: Hillier, B. *Space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149-182.
- Hillier, B.; Hanson, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- Hobsbawn, E. Cidades e insurreições. In: Hobsbawn, E. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- Holanda, F. Arquitetura sociológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 9, p. 115-129, 2007a.
- Holanda, F. Be aware of local properties. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 6., 2007, Istanbul. *Proceedings* [...]. Istanbul: ITU Faculty of Architecture, 2007b. p. 082-01-082-13.
- Holanda, F. *Brasília: cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAU UnB, 2010.

- Holanda, F. *O espaço de exceção*. 2. ed. Brasília: FRBH, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/36395002/O_ESPA%C3%87O_DE_EXCE%C3%87O_C3%83O_Livro_completo. Acesso em: 27 jan. 2023.
- Holanda, F. Brasília: dureza e suavidade. In: Holanda, F. *Construtores de mim*. Brasília: FRBH, 2019. p. 22-142.
- Holanda, F. Hard and soft revisited. *Area Development and Policy*, v. 5, n. 2, p. 119-145, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1080/23792949.2019.1694847>.
- Holanda, F. O verdadeiro, o bom e o belo. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/266>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- Holanda, F. Celebração e vandalismo: a posse de Lula e a invasão dos palácios dos três poderes. *Vitruvius*, ano 23, n. 270.01, 2023. Minha cidade. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/23.270/8706>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- Holanda, F.; Medeiros, V. Ordem e desordem em Brasília e Chandigarh. In: Holanda, F. (org.). *Ordem e desordem: arquitetura e vida social*. Brasília: FRBH, 2012.
- Holanda, F. et al. A configuração da área metropolitana de Brasília. In: Ribeiro, R.; Tenorio, G.; Holanda, F. *Brasília: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 64-97.
- Holston, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- Kohlsdorf, G.; Kohlsdorf, M. E. *Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares*. Brasília: FRBH, 2017.
- Kronenberger, B. C. *Se encontraram, então, no Parque da Cidade: O capital arquitetônico e sua distribuição no espaço público*. 2023. 428 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.
- Le Corbusier. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- Lynch, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Netto, V. M.; Furtado, M. Configuration, location, Mobility: effects on spatial and social behaviour for residents insocial housing complexes in Rio de Janeiro, Brazil. In: SPACE SYNTAX INTERNATIONAL SYMPOSIUM, 11., Lisboa. *Proceedings [...]*. Lisboa: Instituto Superior Técnico de Lisboa, Arquitetura e Georrecursos, 2017. p. 96.1-96.14.
- Ocaranza Pacheco, M. E. *Gentrificação em Brasília: transformações urbanas na produção do espaço metropolitano*. 2020. 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://www.fredericodeholanda.com.br/orientacoes/mestrado/2015_OcaranzaPachecoMatiasEnrique_os_limites_da_gentrificacao_na_vila_planalto.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.
- Perez de Arce, R. Urban Transformations and the Architecture of Additions. *Architectural Design*, p. 218-221, 1978.
- Ribeiro, R. J. C.; Holanda, F. Proposta para Análise do Índice de Dispersão Urbana. *Cadernos MetrÓpole*, n. 15, p. 49-70, 2006.
- Rossetti, E. P. Brasília, da alegria ao terror. Uso e dinâmica dos espaços de exceção. *Vitruvius*, ano 23, n. 270.02, 2023. Minha cidade. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/23.270/8707>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- Santos, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Schlee, A. R. Sem democracia não há patrimônio: sobre o vandalismo nos palácios dos três poderes em Brasília. *Vitruvius*, ano 23, n. 270.03, 2023. Minha Cidade. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/23.270/8713>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- Tavares, J. *Projetos para Brasília 1927-1957*. Brasília: IPHAN, 2014.
- Villaça, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- Wacquant, L. *Bourdieu in the city*. Challenging urban theory. Cambridge: Polity Press, 2023. *E-book*.
- Zechin, P. A. V. *Sobre a dimensão espacial da desigualdade social urbana*. Um estudo sobre cinco cidades brasileiras. 2014. 378p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18075>. Acesso em: 28 out. 2020.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa Sênior concedida a Frederico de Holanda, e aos parceiros do grupo de pesquisa “Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização – DIMPU”, fonte perene de enriquecimento intelectual. Eventuais erros e lacunas são de nossa responsabilidade.

Colaboradores

F. R. B. Holanda colaborou com a conceituação; Curadoria de dados; análise formal; aquisição de financiamento; investigação; metodologia; administração de projetos; recursos; supervisão; validação; visualização; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição; B. C. Kronenberger colaborou com a investigação; validação; visualização; escrita – revisão e edição.